



CONVÊNIO N.º ____/2021

Convênio que entre si celebram o Município de Macaé e o Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro, visando definir rotinas administrativas e procedimentos relativos à Cessão de Servidores Efetivos.

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de dezembro de 2021, o **MUNICÍPIO DE MACAÉ**, CNPJ n.º 29.115.474/0001-60, com sede na Avenida Presidente Sodré, 534, Centro, Paço Municipal – Macaé/RJ, neste ato representado pelo seu Secretário Municipal Adjunto de Recursos Humanos **ARISTÓFANIS QUIRINO DOS SANTOS**, com fulcro no Decreto Municipal n.º 285/2021, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e o **CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, CNPJ n.º 30.121.578/0001-67, com sede na Rua da Conceição, 69, 25º andar, Centro – Rio de Janeiro/RJ, neste ato representado pelo seu Presidente **MAURO FARIAS**, doravante denominado **CESSIONÁRIO**, firmam o presente **TERMO DE CONVÊNIO** com fundamento na Lei Federal n.º 8.666/1993, na Lei Complementar Federal n.º 101/2000, na Lei Complementar Municipal de Macaé n.º 011/1998 e na instrução do processo administrativo n.º ____/2021, mediante cláusulas e condições a seguir especificadas que mutuamente aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste convênio o disciplinamento das rotinas administrativas relacionadas à cessão de servidor pertencente ao Município de Macaé, e como ocorrerá o ressarcimento dos valores referentes ao pagamento da remuneração, incluindo, neste *quantum*, os encargos estatutários e previdenciários previstos legalmente relativos ao servidor cedido.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA CESSÃO DE SERVIDORES

O pedido de cessão do servidor será feito pela autoridade competente interessada que informará o nome, o cargo e a matrícula do servidor solicitado, bem como onde será lotado, o prazo de cessão e a concordância expressa do servidor requisitado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A Portaria Municipal de cessão fará menção expressa a este instrumento.

PARÁGRAFO SEGUNDO – É facultada a qualquer das partes a solicitação do retorno ao órgão de origem do servidor cedido, desde que seja a comunicação realizada por escrito com antecedência



mínima de 30 (trinta) dias, vedada a transferência desse servidor para outro Órgão ou Ente Público.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ÔNUS FINANCEIRO

Pela cessão, objeto deste convênio, o **CESSIONÁRIO** arcará com o ônus financeiro da remuneração do servidor cedido, incluindo, neste *quantum*, os encargos estatutários e previdenciários previstos legalmente, cujo valor será ressarcido ao **MUNICÍPIO**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Cabe ao **MUNICÍPIO** o levantamento do *quantum* a ser ressarcido, mensalmente, pelo **CESSIONÁRIO**, que deverá ser quitado impreterivelmente no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento da fatura.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Decorridos os 30 (trinta) dias do prazo previsto no parágrafo anterior, se o **CESSIONÁRIO** não realizar o ressarcimento das despesas remuneratórias, o **MUNICÍPIO** irá notificá-lo para realizar o pagamento em até 15 (quinze) dias do recebimento da notificação, comunicando formalmente ao servidor cedido sobre o não cumprimento.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A não realização do ressarcimento previsto no parágrafo anterior ocasionará o término da cessão e, conseqüentemente, o retorno do servidor cedido em até 48 (quarenta e oito) horas da notificação quanto ao crédito pendente mediante convocação, após comprovada a inadimplência do **CESSIONÁRIO**, cabendo ao servidor cedido se apresentar à Secretaria Municipal Adjunta de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Macaé.

PARÁGRAFO QUARTO – O servidor que não se apresentar à Secretaria Municipal Adjunta de Recursos Humanos no prazo previsto no parágrafo anterior estará sujeito aos procedimentos previstos na Lei Complementar Municipal de Macaé n.º 011/1998.

PARÁGRAFO QUINTO – Os §§ 2º e 3º desta cláusula não isentam o **CESSIONÁRIO** do ressarcimento devido ao **MUNICÍPIO**, cabendo cobranças por vias administrativas e/ou judiciais.

PARÁGRAFO SEXTO – O presente convênio vale como Título Executivo Extrajudicial nos termos do artigo 784, inciso II, do Código de Processo Civil (Lei n.º 13.105, de 16 de Março de 2015), para todos os fins de direito.

PARÁGRAFO SÉTIMO – As vantagens temporárias, incluídas as vantagens *propter laborem faciendo*, serão arcadas exclusivamente pelo **CESSIONÁRIO**.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos alocados para a execução deste convênio são provenientes das fontes e dotações orçamentárias próprias dos respectivos Órgãos e Entes convenentes.



CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Constitui obrigação do **MUNICÍPIO**:

I – Efetuar, ordinariamente, o pagamento dos valores que constituem a remuneração dos servidores cedidos, assegurando-lhes todos os direitos e vantagens dos respectivos cargos, observando os dispositivos previstos na Cláusula Quarta;

PARÁGRAFO SEGUNDO – Constituem obrigações do **CESSIONÁRIO**:

I – Ressarcir o **MUNICÍPIO** das despesas relativas à remuneração do servidor cedido, incluindo, neste *quantum*, os encargos estatutários e previdenciários previstos legalmente, observando o prazo previsto na Cláusula Quarta;

II – Encaminhar para o endereço eletrônico da Secretaria Municipal Adjunta de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Macaé (recursoshumanos.semarh@macae.rj.gov.br), até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, em Formato PDF, as folhas de frequência do servidor cedido para fins de registro e controle, observando as normas legais relativas à concessão de férias, sob pena de imediata devolução do servidor cedido;

III – Com antecedência necessária, informar ao **MUNICÍPIO** a programação das férias do servidor cedido para efeito de sua efetiva concessão, observando os termos da lei, sob pena de responsabilidade administrativa.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO

O prazo do presente convênio vigorará até o dia 31 de dezembro de 2024, contando os seus efeitos a partir da data de sua assinatura, e havendo interesse das partes conveniadas poderá ser prorrogado por igual período mediante celebração de Termo Aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS REFORMULAÇÕES OU ALTERAÇÕES

Em qualquer época, havendo entendimento entre as partes conveniadas, poderá ser reformulado ou alterado este convênio através de Termos Aditivos devidamente homologados e assinados pelas autoridades competentes.

CLÁUSULA OITAVA – DA INTERPRETAÇÃO

As dúvidas de interpretação, ou decorrentes de alguma omissão deste convênio, serão dirimidas pelas partes convenientes conjuntamente.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

O presente convênio poderá ser rescindido em caso de superveniência de Lei, ou outro ato equivalente, que o torne material ou formalmente impraticável, ou por inadimplência de quaisquer de suas cláusulas independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, ou, ainda,

3



mediante comunicação expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, da intenção de fazê-lo.

PARÁGRAFO ÚNICO – A infringência às normas legais ou regulamentares do **CESSIONÁRIO**, praticado pelo servidor cedido, acarretará seu retorno imediato ao **MUNICÍPIO**, motivadamente, por escrito, com vistas à adoção das medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CUMPRIMENTO DA LEI FEDERAL N.º 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD)

PARÁGRAFO PRIMEIRO – É vedada aos partícipes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os partícipes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, especialmente dos dados pessoais e dos dados pessoais sensíveis, repassados em decorrência da execução contratual em consonância com o disposto na Lei Federal n.º 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os partícipes responderão administrativa e judicialmente nos eventos em que causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Federal n.º 13.709/2018.


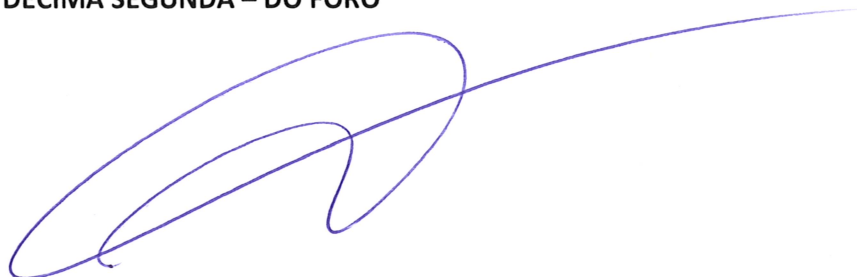
PARÁGRAFO QUARTO – Em atendimento ao disposto na Lei Federal n.º 13.709/2018, o **CESSIONÁRIO**, para a execução do objeto deste convênio, terá acesso a dados pessoais dos representantes do **MUNICÍPIO**, tais como número de CPF e RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia de documento de identificação.

PARÁGRAFO QUINTO – O **CESSIONÁRIO** declara ter ciência da existência da Lei Federal n.º 13.709/2018, e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo **MUNICÍPIO**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE

Nos respectivos prazos regulamentares, o **MUNICÍPIO** e o **CESSIONÁRIO** encaminharão cópias do presente instrumento aos órgãos competentes, e providenciarão, às próprias expensas, a publicação do presente convênio em extratos nos seus respectivos órgãos oficiais de publicidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO



4



Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Macaé-RJ como único competente para dirimir todas e quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, com renúncia expressa de outros por mais privilegiados que sejam.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente convênio em 06 (seis) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, ~~que abaixo assinam para o mesmo efeito jurídico.~~



ARISTÓFANIS QUIRINO DOS SANTOS

Secretário Municipal Adjunto de Recursos Humanos do Município de Macaé



MAURO FARIAS

Presidente do Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro

Testemunhas:

1. _____
Nome e CPF
2. _____
Nome e CPF



 GOVERNADOR Cláudio Bomfim de Castro e Silva	SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES <i>Andre Luiz Nahass</i> SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE <i>Jose Ricardo Ferreira de Brito</i> SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO <i>Alex Sandro Pedrosa Grillo</i> SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA <i>Danielle Christian Ribeiro Barros</i> SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS <i>Julio Cesar Saraiva</i> SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER <i>Alessandro Pitombeira Carraena</i> SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO <i>Sávio Luis Ferreira Neves Filho</i> SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES <i>Uruan Cintra de Andrade</i> CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO <i>Jurandir Lemos Filho</i> GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DO GOVERNO <i>Edu Guimarães de Souza</i> SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E RENDA <i>Patricio Welber Alela de Faria</i> SECRETARIA DE ESTADO DE ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL <i>Antonio Ferreira Pedregal Filho</i> SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA À VÍTIMA <i>Tatiana Ribeiro Queiroz de Oliveira</i> SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO EM BRASÍLIA <i>Luanna Santos Cariri</i> SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA <i>Nicola Moreira Miccione (Interino)</i> SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA DO CONSUMIDOR <i>Rogério Martins Pires Amorim</i> SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÃO COMUNITÁRIA E JUVENTUDE <i>Geibry Luis Justo Lima</i> PROCURADORIA GERAL DO ESTADO <i>Bruno Dubeux</i>	SUMÁRIO Atos do Poder Legislativo Atos do Poder Executivo 1 Gabinete do Governador 1 Governadoria do Estado 1 Gabinete do Vice-Governador 1 Vice-Governadoria do Estado 1 ÓRGÃOS DA CHEFIA DO PODER EXECUTIVO (Secretarias de Estado) Casa Civil Gabinete do Governador Governo Planejamento e Gestão Fazenda Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais Infraestrutura e Obras Polícia Militar Polícia Civil Administração Penitenciária Defesa Civil Saúde Educação Ciência, Tecnologia e Inovação Transportes Ambiente e Sustentabilidade Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento Cultura e Economia Criativa Desenvolvimento Social e Direitos Humanos Esporte e Lazer Turismo Cidades Controladoria Geral do Estado Gabinete de Segurança Institucional do Governo Trabalho e Renda Envelhecimento Saudável Assistência à Vítima Extraordinária de Representação do Governo em Brasília Justiça Defesa do Consumidor Ação Comunitária e Juventude Procuradoria Geral do Estado AVISOS, EDITAIS E TERMOS DE CONTRATO REPARTIÇÕES FEDERAIS
--	---	---

GOVERNO DO ESTADO
www.rj.gov.br

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 48.151 DE 08 DE JULHO DE 2022

TRANSFORMA, SEM AUMENTO DE DESPESA, A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA - SEJUS EM SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL - SETD E ALTERA A VINCULAÇÃO DO CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PRODERJ.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e tendo em vista o que consta do Processo nº SEI-150001/015008/2022,

CONSIDERANDO:

- a necessidade de observar os princípios que orientam a Administração Pública escultidos no artigo 37 da CRFB;
- o Decreto nº 47.523 de 16 de março de 2021, que cria, sem aumento de despesa, a estrutura básica da Secretaria de Estado de Justiça;
- o Decreto nº 48.101 de 26 de maio de 2022, que altera e consolida, sem aumento de despesa, a estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Casa Civil; e,
- que compete privativamente ao Governador dispor sobre a organização e o funcionamento da administração pública estadual;

DECRETA:

Art. 1º - Fica transformada, sem aumento de despesa, a Secretaria de Estado de Justiça - SEJUS, em Secretaria de Estado de Transformação Digital - SETD.

Parágrafo Único - Ficam transferidos para a Secretaria de Estado de Transformação Digital - SETD, a estrutura básica e os cargos em comissão da Secretaria de Estado de Justiça - SEJUS.

Art. 2º - Fica transferido, sem aumento de despesa, da estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Casa Civil - SECC para a estrutura básica da Secretaria de Estado de Transformação Digital - SETD, a vinculação do Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro - PRODERJ.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 08 de julho de 2022

CLÁUDIO CASTRO
Governador

Id: 2406436

Atos do Governador

DECRETO DE 08 DE JULHO DE 2022

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

RESOLVE:

CESSAR OS EFEITOS do Decreto de 21 de fevereiro de 2022, publicado no D.O de 22/02/2022, que designou o Secretário de Estado

da Casa Civil NICOLA MOREIRA MICCIONE, ID FUNCIONAL Nº 5113757-7, para, sem prejuízo de suas atribuições, responder, interinamente, pelo expediente da Secretaria de Estado de Justiça. Processo nº SEI-150001/015008/2022.

Rio de Janeiro, 08 de julho de 2022

CLÁUDIO CASTRO
Governador

DECRETO DE 08 DE JULHO DE 2022

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais

RESOLVE:

NOMEAR JOSÉ MAURO DE FARIAS JUNIOR, ID FUNCIONAL Nº 5097730-0, para exercer o cargo em comissão de Secretário de Estado, símbolo SE (objeto da transferência estabelecida pelo Decreto nº 48.151 de 08/07/2022), da Secretaria de Estado de Transformação Digital, anteriormente ocupado por Sergio Zweiter. Processo nº SEI-150001/015008/2022.

Rio de Janeiro, 08 de julho de 2022

CLÁUDIO CASTRO
Governador

DECRETOS DE 08 DE JULHO DE 2022

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

RESOLVE:

EXONERAR JOSÉ MAURO DE FARIAS JUNIOR, ID FUNCIONAL Nº 5097730-0, do cargo em comissão de Secretário de Estado, símbolo PR-1, do Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro - PRODERJ, da Secretaria de Estado da Casa Civil. Processo nº SEI-150001/015008/2022.

EXONERAR FLÁVIO SEBASTIÃO RODRIGUES DA SILVA, ID FUNCIONAL Nº 5109870-9, do cargo em comissão de Vice-Presidente, símbolo VP-1, da Vice-Presidência de Tecnologia - VPT, do Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro - PRODERJ, da Secretaria de Estado da Casa Civil. Processo nº SEI-150001/015008/2022.

NOMEAR FLÁVIO SEBASTIÃO RODRIGUES DA SILVA, ID FUNCIONAL Nº 5109870-9, para exercer o cargo em comissão de Presidente, símbolo PR-1, do Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro - PRODERJ, da Secretaria de Estado de Transformação Digital, anteriormente ocupado por José Mauro de Farias Junior, ID Funcional nº 5097730-0. Processo nº SEI-150001/015008/2022.

Id: 2406436

Serviços Gráficos IOERJ

Solicite seu orçamento:
(21) 2717-5825
secgap@ioerj.rj.gov.br

Decreto 47.364/2020
OBRIGATORIEDADE DE CONSULTA À IMPRENSA OFICIAL NAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS GRÁFICOS PELA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA.



TERMO ADITIVO

Processo Administrativo N°: 34.822/2021

CONVÊNIO N°: 003/2022

1º Termo Aditivo ao Convênio n° 003/2022 -
MUNICÍPIO DE MACAÉ e o Centro de Tecnologia
de Informação e Comunicação do Estado do Rio
de Janeiro.

Pelo presente **TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N° 003/2022**, que entre si celebram, o **MUNICÍPIO DE MACAÉ**, inscrito no CNPJ sob o nº 29.115.474/0001-60, com sede à Avenida Presidente Sodré, 534, Centro, na cidade de Macaé - RJ, neste ato representado pelo Secretário Municipal Adjunto de Recursos Humanos, Sr. **ARISTÓFANIS QUIRINO DOS SANTOS**, devidamente autorizado pela Portaria n  0452/2022, publicada no Diário Oficial de Macaé em 02/04/2022, doravante denominado simplesmente **CONCEDENTE**, com **CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, inscrita no CNPJ sob o n  30.121.578/0001-67, com sede à Rua da Conceição, n  69, 25  Andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.051-011, neste ato representado por seu Presidente, Sr. **FLÁVIO SEBASTIÃO RODRIGUES DA SILVA**, portador da ID FUNCIONAL n  5109870-9, devidamente autorizado pelo Decreto de 08 de Julho de 2022, publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 08/07/2022, Edição 124-A, doravante denominada simplesmente **CONVENENTE**, *caracterizada a necessidade de prorrogação do prazo inicialmente contratado*, resolvem celebrar o presente aditamento, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente instrumento objetiva inserir o parágrafo único na Cláusula Sexta do Convênio:

“CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO

O prazo do presente convênio vigorará até o dia 31 de dezembro de 2024, contando os seus efeitos a partir da data de sua assinatura, e havendo interesse das partes conveniadas poderá ser prorrogado por igual período mediante celebração de Termo Aditivo.”

Parágrafo  nico: Fica prorrogado o prazo do presente contrato, por mais 03 (três) anos, com vigência a contar de 01 de janeiro de 2025 e término previsto para 31 de dezembro de 2027, conforme elementos constantes no Processo Administrativo n  34.822/2021.

ARISTOFANIS
QUIRINO DOS
SANTOS:06844882
726

Assinado de forma digital
por ARISTOFANIS QUIRINO
DOS SANTOS:06844882726
Dados: 2024.12.02 18:02:33
-03'00'

1º Termo Aditivo ao Convênio n  003/2022
MACAÉ – RJ



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE RECURSOS HUMANOS

CLÁUSULA SEGUNDA - Todos os termos e condições das demais cláusulas do Convênio ora aditado, ficam ratificadas para todos os fins de direito.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente Termo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, e que fica fazendo parte integrante do instrumento aditado, na presença de 02 (duas) testemunhas maiores, idôneas e capazes.

Macaé-RJ, ____ de _____ de 2024.

ARISTOFANIS QUIRINO
DOS SANTOS:06844882726

Assinado de forma digital por
ARISTOFANIS QUIRINO DOS
SANTOS:06844882726
Dados: 2024.12.02 18:02:57 -03'00'

MUNICÍPIO DE MACAÉ
Aristófanis Quirino dos Santos
CONCEDENTE

FLAVIO SEBASTIAO
RODRIGUES DA
SILVA:00080355714

Assinado de forma digital por
FLAVIO SEBASTIAO RODRIGUES DA
SILVA:00080355714
Dados: 2024.12.06 13:56:30 -03'00'

**TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
Flávio Sebastião Rodrigues da Silva
CONVENENTE

TESTEMUNHAS:

01. _____
CPF nº _____.

02. _____
CPF nº _____.

Assinatura

Assinatura